

PETRÓLEO | GÁS | BIOCOMBUSTÍVEIS



Ano XVIII • novembro/dezembro 2016 • Nº 110 • www.tnpetroleo.com.br

Abramam 2016

Manutenção e gestão de ativos é garantia de operacionalidade

Perfil profissional: Doneivan Fernandes Ferreira

O trabalho é que faz acontecer

ESPECIAL: CONTEÚDO LOCAL

BATALHA NAVAL

a indústria sai em defesa do conteúdo local

ARTIGOS

Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade:

O máximo dos objetivos e o objetivo máximo,

por Wanderlei Passarella | Uma questão de escolha política, por Sérgio Teixeira e Julio Cesar Pinguelli



Especial: Cobertura Rio Oil & Gas 2016



BATALHA



NAVAL

a indústria sai em defesa do conteúdo local



Empresas da cadeia produtiva naval e offshore unem esforços para tentar assegurar a manutenção de índices de conteúdo local que permitam ao setor voltar a singrar as 'águas' do crescimento econômico.

por Beatriz Cardoso

Na batalha, em que os operadores usam todos os recursos possíveis para reduzir custos de projetos estratégicos, como as plataformas de produção de petróleo e gás, enquanto estaleiros e fornecedores de equipamentos e serviços lutam para manter no país projetos que consomem bilhões de reais e geram empregos em larga escala, ninguém quer dar 'um tiro na água'. Enfrentando-se nas turbulências de uma economia em crise, acirrada pelos preços baixos do petróleo, as duas partes dessa contenda devem tomar cuidado com a estratégia que pretendem seguir para evitar que, na ânsia de avançar na guerra, acabem por 'torpedear' a indústria nacional e o país.

Por ironia do destino, no mesmo dia em que, literalmente do outro lado do mundo, em Cingapura, era batizado o FPSO *Pioneiro de Libra*, construído pelo estaleiro Jurong, mobilizando mais de 16 milhões de homens/horas trabalhadas e investimentos da ordem de um bilhão de dólares, no Brasil, lideranças do setor naval e offshore pleiteavam em Brasília, junto ao governo federal, que o conteúdo local não seja lançado nas águas do esquecimento.

Ou melhor, que o recurso do perdão previsto nos contratos de concessão de blocos, relativo ao conteúdo local dos projetos, desde a exploração à produção, não se torne uma 'regra' sob a alegação de que a cadeia produtiva instalada no país não tem condições de atender a demanda de todas as etapas e construção de uma plataforma, com custos competitivos e nos prazos determinados. Pior ainda: que o perdão não se torne um 'torpedo' contra a indústria nacional sob a alegação de que é o único caminho para agilizar a produção em larga escala do pré-sal.



Foto: Cortesia Eneval

Fazendo uma analogia com o jogo que se tornou popular no pós-guerra, o pré-sal parece ter se tornado o 'porta-aviões' a ser 'defendido' a todo custo pela esquadra. A ironia está no fato de que a própria 'esquadra' se vê dividida e acaba mirando seus 'obuses' uns contra os outros nesse 'jogo de interesses' que mobiliza também companhias internacionais – de operadoras a fabricantes de equipamentos e estaleiros de outros países que também estão impactados pela crise econômica.

Elas se posicionariam como uma espécie de 'aliadas' da Petrobras para acelerar o desenvolvimento da produção do pré-sal. Mas muitos apontam um descompasso com a história recente da indústria nacional de óleo e gás brasileira, a qual registrou um dos mais velozes e bem-sucedidos processos de desenvolvimento de uma nova bacia e resultou na produção de mais de um milhão de barris apenas oito anos após a descoberta dessa nova fronteira.

Perdão antecipado

Nos últimos três anos, quando a crise 'atracou' no setor de óleo e gás no Brasil, aumentou o número

de pedidos de dispensa e isenção do cumprimento dos índices de conteúdo local (*waiver*) junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O conteúdo local (que ficou conhecido pela sigla CL) passou a ser fator decisivo na avaliação dos lances das petroleiras por blocos exploratórios a partir da sétima rodada de licitações, realizada em 2005. Nas propostas apresentadas nos leilões, tem primazia as operadoras e/ou consórcios que apresentarem os melhores índices de CL nas várias etapas: da exploração ao desenvolvimento da produção do ativo. Esses índices vão constar, inclusive, do contrato de concessão pós-leilão.

De meados de 2011 até agora, já teriam sido apresentados quase 120 pedidos de *waiver*, referentes, principalmente, a plataformas e sondas, ainda que esses detalhes raramente 'venham à tona', por se tratar de informações sigilosas referentes a editais de licitações em curso ou a serem realizadas. Boa parte tem sido negada pela ANP, alegando, em muitos casos, que o pedido foi feito 'de forma intempestiva' e/ou fora do prazo regulamentar.

As operadoras fazem uso desse recurso para evitar a penalização, que nesse mesmo período de cinco anos resultou em 110 multas aplicadas, somando um valor total de R\$ 570 milhões (dos quais R\$ 353 milhões em autuações a Petrobras), segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que reúne as operadoras de petróleo e empresas da cadeia produtiva.

A antecipação de pedidos de *waiver*, como o que foi apresentado pela Petrobras para os FPSOs *Libra* e *Sépia*, entre setembro e novembro deste ano, antes mesmo de uma nova licitação, revela uma mudança na estratégia dos operadores.

"A quantidade de multas e de pedidos de *waiver* gerou um caos, que muda um pouco a perspectiva. Antes, dado o processo, havia um prazo para apresentar o pedido de *waiver* à ANP. Há pedidos que estão em análise há três, quatro anos. É interessante o que está acontecendo agora,



porque está gerando um debate antecipado", observa o secretário executivo do IBP, **Antonio Guimarães**.

Conteúdo local na mira

Guimarães afirma que é necessário acelerar a discussão sobre conteúdo local. "A revisão e evolução do modelo é crucial, urgente", diz ele. "O modelo de multas, vigente há 11 anos, não produziu resultados: quantos projetos foram desenvolvidos nas áreas licitadas a partir da sétima rodada? Das mais de 30 descobertas, apenas um está em desenvolvimento, o campo de Tartaruga Verde (no bloco BM-C-36, na Bacia de Campos, 100% Petrobras). Nenhum está em produção", afirma o executivo do IBP,

que é também diretor de upstream da Shell Brasil E&P.

O executivo cita estudo do Woody Mackenzie sobre os riscos dos projetos no setor de óleo e gás. "Quando abordam o risco de fazer negócio no país, eles mostram que o conteúdo local é visto como o pior risco do mundo", enfatiza, salientando que há anos o IBP vem pontuando que esse modelo resultaria em projetos não desenvolvidos. "Por isso temos, historicamente, lutado por uma revisão", diz Guimarães, frisando que o pedido de *waiver* é "consequência do tamanho da dificuldade para cumprir os índices exigidos".

O dirigente do IBP acredita que o CL pode se tornar um processo natural se houver outros mecanismos que sirvam de incentivo ao invés de pesadas penalizações. "Não havia nenhuma cláusula de conteúdo local para os blocos da rodada zero e o CL tem ficado entre 30% e 40%. Por que o governo não reduz tributações para viabilizar projetos e assegurar, dessa forma, índices maiores de conteúdo local? Isso sim, gera resultado para o país. A multa só penaliza o operador", observa.

"Para sair de onde estamos para um modelo ideal, que seria o de incentivo, precisamos de algum tempo. Devemos ter um modelo de transição na próxima rodada", diz ele, comemorando o anúncio do governo de que vai flexibilizar as regras criadas há uma década para nortear uma política industrial para o país.

Flexibilização ou armadilha

O tema faz parte da pauta da última reunião do ano do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que deverá tratar de aspectos cruciais dessa política. Dentre as principais mudanças esperadas pelos operadores nesse modelo de transição estão:

- Exclusão do índice de conteúdo local como critério para a definição de vencedores dos certames.
- Mais flexibilização no detalhamento das áreas de aplicação das regras, de forma que as empresas tenham liberdade para estabelecer suas estratégias de conteúdo local.
- Nova forma de contabilizar o atendimento do CL, considerando os investimentos do operador que contribuem para o fortalecimento da cadeia produtiva, incluindo aquisição de lotes em novos fornecedores (e com nova tecnologia) e de bens e serviços para uso em projetos no exterior, de forma a incentivar a exportação de bens nacionais.

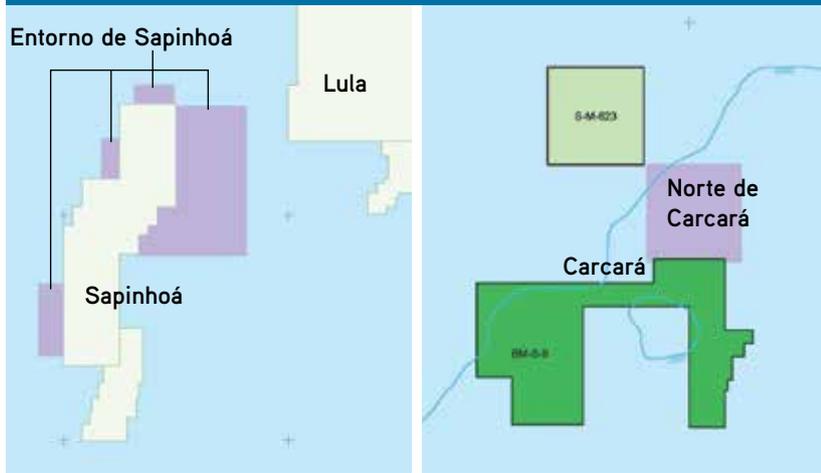
Em meados deste ano, o governo e os defensores da flexibilização ganharam o endosso do Tribunal de Contas da União (TCU), que elaborou um relatório, determinando a necessidade de mudanças na aplicação da política de conteúdo local para a cadeia produtiva do petróleo e gás natural. O governo pretende realizar estudos técnicos em 2017 para ter um diagnóstico mais preciso da oferta de bens e serviços pela indústria brasileira; um balanço do resultados relativos ao CL das 13 rodadas; identificação de segmentos estratégicos e daqueles com potencial para exportação.

A 'mina' que todos querem

Essas novas regras de 'transição' seriam aplicadas nas licitações previstas para 2017: a 14ª rodada de licitações, que abrange blocos no pós-sal, e o segundo leilão sob o regime de partilha de produção, que deverá ofertar áreas unitizáveis em campos do pré-sal – essas últimas têm todos os componentes para acirrar o apetite das grandes operadoras, pois estão próximas a ativos estratégicos no pré-sal da Bacia de Santos.

Um dos quatro prospectos em estudo é Norte de Carcará (Bloco

2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha da Produção



Comparativo CL do FPSO *Libra*

Item	Descrição	Conteúdo local atual (%)	Conteúdo local original (%)
Casco	Engenharia	0	90
	Construção	0	75
	Materiais	0	80
	Comissionamento	0	90
Planta	Engenharia	27,2	90
	Construção	23,1	75
	Materiais	30,8	80
	Equipamenttos	10,3	57
	Comissionamento	0	90
Instalação	Engenharia	26,4	90
	Construção	26,4	75
	Materiais	31,6	75
	Comissionamento	26,4	75
Ancoragem	Sistemas	85	85

BM-S-8), praticamente envolvendo o valioso ativo comprado pela Statoil por US\$ 2,5 bilhões, com reservas estimadas em 1,3 bilhão de barris de óleo equivalente – mas que muitos geólogos e especialistas acreditam ser dez vezes maior. A petroleira norueguesa deverá empenhar esforços para ficar com essa área, uma vez que as reservas de Carcará extrapolam seus limites.

A mesma disputa deverá ocorrer no leilão do chamado 'entorno' de Sapinhoá, envolvendo a parte superior desse ativo da Petrobras,

um dos maiores produtores no pré-sal. Dos 35 poços com a maior produção individual de óleo e gás no país, dez estão em Sapinhoá (alguns próximos ao limite do campo, junto à área a ser licitada).

Os outros dois prospectos são Sul Gato do Mato (S-M-518), também na Bacia de Santos, e Sudoeste de Tartaruga Verde (Jazida de Tartaruga Mestiça, antigo Bloco C-M-401), na Bacia de Campos, um dos ativos que pode ser vendido pela Petrobras em seu programa de desinvestimento.

Demonização do conteúdo local

O preço do barril de petróleo é o 'sal' dessa discussão crescente no último ano, na qual o conteúdo local vem sendo 'demonizado', disse



o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval (Sinaval), **Ariovaldo Rocha**, em coletiva

realizada na sede da entidade, no Rio de Janeiro, com a presença maciça da diretoria da entidade.

Foi a reação mais incisiva do Sinaval em um período em que o setor encolheu, com uma redução de 50% da força de trabalho nos últimos dois anos – de 82 mil para cerca de 40 mil trabalhadores na construção naval.

O ponto chave da coletiva foi o anúncio de que o Sinaval, em setembro, havia protocolado solicitação de informações na ANP sobre o pedido de *waiver* da Petrobras para as plataformas FPSOs dos campos de Libra (concessão em regime de partilha) e Sépia (cessão onerosa), ambos na Bacia de Santos, que serão afretadas.

O que a entidade queria saber era para quais itens de cada projeto (que abrange construção de casco e de módulos, além da instalação/integração e ancoragem) a Petrobras pediu isenção de CL. "A Petrobras argumentou que as plataformas de produção ficam 40% mais caras com conteúdo local. Mas não apresentam os dados que comprovem esse argumento", declarou Rocha. Após entrar com processo administrativo, o Sinaval obteve a resposta da ANP – curta e sem maiores detalhes, informando apenas que são dados sigilosos.

"O dispositivo contratual, que permite o *waiver*, estabelece ser

necessária uma consulta à cadeia produtiva nacional, o que não ocorreu. A ANP não pode conceder a dispensa de conteúdo local sem que as etapas previstas sejam cumpridas. Falta uma consulta real aos fornecedores locais", reforçam os dirigentes da entidade.

Quebra da regra

"No novo edital de Libra, por exemplo, há 100% de isenção de conteúdo local na construção de casco, índice médio que é superior a 60% na fabricação de módulos", afirmou Ariovaldo Rocha, referindo-se a uma tabela que constaria do edital da licitação de Libra, no qual o CL médio da plataforma poderia ficar até quatro vezes menor que o originalmente previsto.

Para provar o impacto desse pedido de *waiver* e da licitação

prevista para ocorrer este ano, o Sinaval preparou uma planilha comparando os índices de CL dos editais das duas primeiras licitações, ocorridas este ano mas suspensas devido aos preços. Os percentuais despencam: no caso de cascos, com uma média de 83,7% de CL no conjunto (engenharia, construção, materiais e comissionamento), os índices caem para zero. No caso de construção das plantas (módulos) que além dos quatro itens acima incluem equipamentos, estes índices, que variavam de 57% em equipamentos a 90% em engenharia, caem para 10,3% e 27,2%, respectivamente. Enfim: há casos em que o CL representa menos de 20% do mínimo exigido até então.

"Fica claro também que a construção dessas plantas não será feita aqui, uma vez que há zero de conteúdo local para comissiona-

mento", pondera um dos dirigentes do Sinaval. Melhora um pouco na instalação (integração de módulos), mas que representam em torno de um terço do revisto inicialmente. Só não foi mexido no índice de ancoragem, 85%, que é feita em campo. "Tudo nos leva a crer que há uma clara interferência de grupos estrangeiros para derrubar o conteúdo local!", pontuaram os executivos do Sinaval presentes na coletiva.

Cruzadores a caminho

Na semana que se seguiu à coletiva do Sinaval, ficou claro que a cadeia produtiva estava se unindo em uma cruzada, buscando abrir novos canais de negociação em Brasília. Eles temem que, uma vez acatado o pedido de *waiver* da Petrobras, isso crie um perigo precedente.

built on trust™

Dry docking and ship repair

Vard Promar is pleased to offer a new option for ship repair and dry docking. The floating dock "PROMAR I" has since July 2015 been operational in the shipyard located in the Port of Suape, Pernambuco.

LENGTH	151,20m
BREADTH	35m
LIFTING CAPACITY	16.000t
DRAFT over pontoon deck	9,50m
POOL TO WORK on Azimuth thruster	5,20m x 5,20m x 3,00m [depth]

VARD™
a Fincantieri company

VARD is one of the major global designers and shipbuilders of specialized vessels. Headquartered in Norway and with approximately 8 000 employees, VARD operates nine strategically located shipbuilding facilities, including five in Norway, two in Romania, one in Brazil and one in Vietnam. Through its specialized subsidiaries, VARD develops power and automation systems, deck handling equipment, and vessel accommodation solutions, and provides design and engineering services to the global maritime industry. www.vard.com



Foto: Steferson Faria, Agência Petrobras

O Sinaval e outras entidades setoriais já haviam apresentado suas sugestões ao comitê que discute o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), liderado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda.

Em uníssono, os dirigentes da cadeia produtiva afirmam que é falsa a premissa de que o sucesso dos próximos leilões está atrelado à flexibilização das regras de CL. Rebatem também os argumentos de que o custo local é mais alto e que os estaleiros não cumprem os prazos.

Em outra tabela distribuída à imprensa, o Sinaval mostra os atrasos ocorridos em contratos sem conteúdo local com estaleiros externos, frisando que muitos problemas citados pelas operadoras não seriam de responsabilidade exclusiva da indústria, mas de editais dúbios e projetos sem uma definição mais precisa do escopo ou, pior ainda, que sofrem alterações no meio do caminho.

Por isso pleiteiam que o Pedefor mantenha o CL como um dos critérios para avaliação das propostas da 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios, afirmando que esse compromisso deve ser

estabelecido no momento da oferta, conforme a concepção inicial, para que não prejudiquem a indústria e os estaleiros locais.

Encouraçado é dos 'aliados'

A cadeia produtiva naval e offshore vem se imobilizando em inúmeras reuniões em Brasília e em diversos estados onde tem suas instalações fabris, diante da entrega iminente do FPSO *Pioneiro de Libra*, que a Odebrecht Óleo e Gás (OOG) e a Teekay Offshore Partners LP vão afretar para o Testes de Longa Duração (TLD) no campo sob regime de partilha, no próximo ano.

O estaleiro Jurong, em Cingapura, executou o projeto, que consumiu cerca de US\$ 1 bilhão, e 16 milhões de homens/horas trabalhadas, empregando cerca de quatro mil pessoas. Uma encomenda decidida pelo consórcio de Libra, que inclui, além da Petrobras (operadora, com 40%), a francesa Total (20%), a anglo-holandesa Shell (20%), e as chinesas CNPC e CNOOC (cada uma com 10%).

Um tiro na água para a indústria local que revê estratégias para não perder ainda mais espaço. "A falta de projetos e não o conteúdo local é que vai impactar o país. Se não houver flexibilização, *waiver*, não

haverá projetos", afirma Guimarães, do IBP. "São falsas as alegações de que o conteúdo local inibe investimentos no país. A história recente mostra isso", rebate a indústria.

Segundo o Sinaval, os prejuízos ao Brasil podem ser maiores do que os benefícios que essa redução do CL vai trazer aos acionistas das petroleiras. "Haverá perda sim de investimentos das empresas locais e internacionais para ganhar maior competitividade e capacidade, perda no valor da produção local, na geração de impostos e de empregos", enfatiza o sindicato do setor naval.

Esquadra em movimento

Esta é a razão pela qual o Sinaval estuda caminhos que passam pelos tribunais, para garantir índices de CL que deem suporte ao setor no país. "Acredito que vão atropelar o processo e que não haverá audiência pública sobre essa questão antes da licitação dos dois FPSOs (programados para dezembro deste ano). Só nos resta a Justiça", afirma Ariovaldo Rocha.

A entidade pleiteia a revisão dos itens listados para fins de aplicação de conteúdo local, mostrando que há alguns que sequer fazem parte dessas unidades navais. "Aceitamos a revisão, por entender que faltou um conhecimento técnico maior na listagem dos itens. Mas não aceitaremos a quebra de conteúdo local", diz Ariovaldo, depois de mais uma rodada de conversas em Brasília.

Ele vem amealhando apoio de importantes entidades setoriais, que no ano passado firmaram a Agenda Mínima da Indústria de Petróleo, com sugestões consideradas essenciais para aperfeiçoar o ambiente de negócios a esse setor que é crucial para a economia brasileira.

É o caso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), com dois assentos no chamado 'conselho'

do governo Temer – o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDS). Em evento no Rio de Janeiro, no dia 6 de dezembro, o presidente da Abimaq, **José Velloso**, falou sobre a apresentação feita ao presidente da República, incluindo a pauta específica relativa ao setor de petróleo e gás natural.



Para a entidade, ao defenderem a flexibilização ou retirada do critério de conteúdo local das licitações, as companhias de petróleo estão se posicionando “do lado oposto ao da indústria nacional fornecedora de máquinas e equipamentos”. Daí a grande expectativa em relação à reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no dia 14 de dezembro, tendo na pauta o Pedefor, que propõe uma nova política para o setor.

Dentre as sugestões levadas pela Abimaq ao Pedefor está a exigência de CL por macrosssegmentos (máquinas e equipamentos, infraestrutura, sistemas, serviços e engenharia de projetos), a extensão do Repetro e uma política industrial efetiva para o setor, de modo a melhorar a competitividade da indústria hoje prejudicada pelo ‘custo Brasil’. Inclui ainda maior clareza nas condições que permitem a solicitação de *waiver* por real inviabilidade de compra no país, entre outras medidas mais operacionais.

Ação inusitada

O diretor executivo de Petróleo, Gás Natural, Bioenergia e Petroquímica da Abimaq, Alberto Machado Neto destaca que entre as medidas propostas para implementação em curtíssimo prazo com o objetivo de atrair investimentos por meio de novos leilões da ANP, apenas o

bônus de assinatura terá efeito no curto prazo em termos de aporte de recursos ao Tesouro Nacional. “Todo o resto demandará um tempo de maturação superior a sete anos. Por outro lado, dependendo das decisões a serem tomadas, caso excluam a exigência de conteúdo local, não só não teremos encomendas no Brasil para os reservatórios já concedidos como também sofreremos mais ainda com a desativação dos vultosos investimentos realizados no parque industrial local nos últimos anos”, afirma.

Ele vê com preocupação a estratégia da Petrobras e suas associadas. “Realmente é um fato inusitado a solicitação de *waiver* prévio antes da contratação. Mais ainda pelo fato de ter sido lançado um edital como se fosse certo obtê-lo (o *waiver*), com exigências de conteúdo local bem aquém do que está previsto no contrato”, pontua.

Alberto Machado Neto observa ainda que esse processo poderá

gerar uma questão bastante complexa quanto ao acompanhamento do contrato. “Qualquer aditivo posterior pode vir a descaracterizar as condições em que o *waiver* foi concedido, cabendo questionamento dos concorrentes que porventura tenham sido alijados da competição”, acrescenta.

Para ele, não deixa de ser uma quebra de paradigma a solicitação de um *waiver* em bloco para uma encomenda que está sendo feita para o aluguel de um equipamento completo enquanto que o contrato tem as exigências de conteúdo local por item, conforme consta na ‘cartilha’ de CL. “Se for mantida a sistemática atual, a concessionária terá que comprovar que não conseguiu adquirir o bem no Brasil, e a concessão de um *waiver* global, sem as devidas comprovações das partes, certamente seria um perigosíssimo precedente”, agrega o executivo.

Acordo rasgado

Ele é endossado pelo diretor regional da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), **Paulo Galvão**, que vai mais longe. “Conceder ‘perdão antecipado’ parece significar rasgar qualquer regra e contrato existentes”, diz ele. “É também um contrassenso, uma vez que uma das principais críticas feitas ao Brasil no mercado internacional, condicionante de investimentos em países, é que falta estabilidade das regras”, ironiza.



Galvão opina que ações como esta demonstram que o conteúdo local, “que deveria ser instrumento de uma política pública baseada no poder de compra do Estado, mas que vinha sendo utilizado como se



Foto: Agência Petrobras

agora, por diferencial que teria sido de cerca de 40%, constatou-se, apurados os custos não contabilizados, que fora em verdade de apenas 8%", pontua, lembrando ainda do 'custo Brasil', já mencionado por outros. "Assim, como comparar preços? A comparação deveria ser entre os custos totais. E a forma isonômica de tratar bens nacionais com importados deveria passar por tratamento idêntico entre eles, com a obrigação de cumprimento de todos os itens acima, exigidos do fabricante nacional", agrega Paulo Galvão.



Ele endossa também o presidente do Sinaval, de que há interesses externos. "Difícil saber o que há por trás desse interesse e da demonstração, segundo os níveis de exigência aqui mencionados (baixo índice de CL), das vantagens em gerar empregos e renda em outros países", sublinha o dirigente da Abinee.

Isonomia é lastro

Para a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), que tem como um de seus principais papéis ser um fórum de articulação e cooperação entre as empresas da cadeia produtiva, organismos governamentais e agências de fomento, com foco na ampliação da competitividade do setor, o conteúdo local não pode 'fazer água'.

Por isso, a concessão do *waiver* deve ser cuidadosa, na opinião de **Bruno Musso**, diretor-geral interino da entidade. "Temos grande preocupação com o processo de *waiver* generalizado. Reconhecemos a existência deste mecanismo, mas sua utilização deve estar restrita aos casos efetivamente comprovados de impossibilidade de fornecimento local", afirma.

Ele salienta que o mecanismo do *waiver* deve passar por discussões e análises mais aprofundadas, mas o grande lastro da indústria nacional será a isonomia em relação aos fornecedores internacionais. "Independentemente de como a questão vai evoluir, é preciso dar à indústria nacional condições isonômicas frente aos fornecedores internacionais", complementa.

Musso opina que é difícil avaliar qual impacto teria a isenção de conteúdo nas duas licitações da Petrobras, requeridas à ANP. "Não temos quantificação do impacto, mas é sabido que a indústria nacional se preparou e investiu para ampliar sua participação nos investimentos do setor. Não só a área naval offshore, mas toda a cadeia espera e está preparada para atender demandas do setor", frisa.

Ele defende a estruturação de uma política industrial específica, que ofereça condições para o aumento da competitividade da indústria nacional, maximizando sua participação sem onerar os investimentos. "Não é trivial mas, por outro lado, é essencial", conclui o dirigente da Onip.

fosse a própria política", parece ter chegado ao seu triste final, a despeito do fortalecimento de políticas ditas protecionistas inclusive nos países centrais.

Quanto à argumentação de que o que se busca com o *waiver* é uma proposta mais econômica, ele observa que "o mais barato" precisa ser apurado em cada caso. "No único *waiver* concedido até



EQUIPOMAN

- Manutenção Industrial
 - Pintura Industrial
 - Montagem Industrial
 - Revestimentos Especiais
 - Isolamento Térmico
 - .. Industrial
 - .. OffShore
- www.equipoman.com
 equipoman@equipoman.com
 +55 21 3868-0843
 +55 21 3105-3504

O reforço das federações

Não somente as entidades setoriais, mas as próprias federações da indústria de alguns estados vêm se posicionando em relação ao risco de uma flexibilização que pode criar um campo minado para as empresas locais. “Essa flexibilização pode significar o fim do conteúdo local”, afirma o vice-presidente da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), **José Ricardo Roriz Coelho**, que também é diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da entidade.



Roriz observa que a crítica interna à política de CL deve-se a indícios de diferenças de preços entre determinados bens nacionais e importados, sendo que boa parte dessas diferenças está relacionada ao ‘custo Brasil’ e à apreciação cambial, e não à política em si. “O conteúdo local não é uma invenção brasileira. Diversos países adotaram esse tipo de medida ao longo das últimas décadas, com significativos resultados para suas sociedades”, pontua, citando Canadá, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido. “São países produtores de petróleo que construíram uma sólida cadeia de fornecedores no segmento de petróleo e gás com aplicação de políticas adequadas de conteúdo local”, diz ele.

Por outro lado, Roriz enumera os países que, apesar de serem grandes produtores de petróleo, não tiveram a estratégia e preocupação de desenvolver a cadeia produtiva local e permanecem com significativas fragilidades no campo econômico

e social, como é o caso de Angola, Bolívia, Equador, Líbia, Nigéria, Venezuela e determinados países do Oriente Médio.

Por isso acredita que a flexibilização da regra do CL para novas licitações prejudicará não somente as empresas da cadeia de petróleo e gás, como também a economia como um todo. E exemplifica essa perda em números mensuráveis, levando em consideração o investimento de US\$ 60,6 bilhões (R\$ 206,0 bilhões) em exploração e produção no Brasil pela Petrobras (Plano de Negócios 2017-2021) e os critérios atuais da política de conteúdo local.

A Fiesp estima que serão gerados ao longo dos cinco anos R\$ 257,8 bilhões de produção em todos os setores na economia, R\$ 113,5 bilhões em PIB, R\$ 107,4 bilhões de tributos (federais + ICMS), 315 mil empregos diretos e indiretos ao longo dos cinco anos e R\$ 12,1 bilhões em salários. “Se o conteúdo local for retirado, a tendência é que esses efeitos sejam perdidos. Vale ressaltar que os resultados estimados incluem os impactos diretos e indiretos sobre todos os setores da economia. Dessa forma, fica evidente que os efeitos de encadeamento são cruciais para a recuperação da economia principalmente num contexto de crise acentuada como a atual”, avalia.

Discurso contraditório

Para o dirigente da Fiesp, a eliminação da exigência de CL significa uma ruptura com o marco regulatório do setor construído ao longo de anos. “Diversas empresas tomaram decisões de investimento vislumbrando um horizonte de longo prazo com política de conteúdo local.



Sede da Fiesp, São Paulo

O desmonte do CL é contraditório com o discurso do governo em prol do investimento. Tem-se mais uma vez no Brasil incerteza jurídica e regulatória, como tem ocorrido em diversos episódios”, conclui.

Afirmando que não houve consulta à Fiesp e às suas representadas por parte das empresas que participam da licitação das FPSOs para as quais a Petrobras solicitou o *waiver*, Roriz afirma que uma anuência da ANP significará mudar as “regras do jogo com o jogo em andamento”. Isso porque todas as operadoras participaram dos leilões tendo total conhecimento da exigência de cumprimento do índice de CL. “A indústria brasileira investiu durante anos para atender à demanda da exploração e produção de petróleo e gás e tem condições de ofertar equipamentos e serviços dentro das especificações exigidas e prazos estabelecidos”, afirma.

Diante do cenário econômico nacional, ele frisa que é preciso concentrar esforços na recuperação da atividade econômica, que ainda continua com forte retração. “Os últimos dados do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que entre janeiro e setembro de 2016 a queda do PIB é de 4,0%, ante igual período de 2015, e que essa é a maior queda para o período desde 1996", pontua.

Por isso o executivo entende ser fundamental atrair novos investimentos na área de petróleo e gás. Mas pondera que mesmo diante do patamar atual do preço do petróleo e o fato de que a exploração em áreas de águas profundas é menos atrativa que em cenários como o do Oriente Médio ou do shale gas, o Brasil ainda representa uma ótima oportunidade de negócio para os operadores. "Portanto, não podemos encarar a atração de investimentos nessa área como objetivo a ser alcançado a qualquer preço", diz o dirigente, afirmando que utilizar esse enorme potencial do país para promover um maior desenvolvimento econômico e social deve ser a agenda para qualquer governo. "Como exemplificado antes, países que adotaram esta estratégia promoveram maiores ganhos internos. Qual tipo de economia e sociedade o país almeja: o do primeiro grupo ou o do segundo grupo? Para a Fiesp, a resposta é óbvia", conclui.

Contratos devem ser cumpridos

Posição similar, mas cuidadosa, tem a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), estado que há décadas é a grande capital do petróleo. Status adquirido não somente por conta da produção da Bacia de Campos e, agora, a de Santos (que avança pelo sul do território fluminense), como também por sediar grande fatia da cadeia produtiva, assim como a maior parte dos centros de pesquisa e desenvolvimento nesse setor, além das próprias majors como a Petrobras e outras petroleiras atuantes no país.

"Temos convicção de que os contratos serão cumpridos. Não podemos

desconstruir os investimentos feitos no país ao longo das últimas duas décadas. As maiores economias mundiais adotam práticas de conteúdo local, incluindo países-referência no desenvolvimento de seus mercados de petróleo e gás, como o caso do Reino Unido e Noruega", destaca a gerente de petróleo, gás e naval do Sistema Firjan, **Karine Fragoso**.



Para ela, o Brasil precisa aproveitar o novo marco do pré-sal, com multiplicidade de operadores, para promover o aprimoramento e a simplificação das regras de conteúdo local, com valorização da produção local, seja ela de óleo ou da indústria de transformação. "O que é importante nesse processo, e que entendemos como uma oportunidade, é que sejam criadas condições de isonomia que perpassem todo o encadeamento produtivo, da oil company até seu último fornecedor", afirma.

Apontando que entre 2011 e 2014 foram investidos no país mais de US\$ 20 bilhões na construção de capacidade industrial para atender o mercado de petróleo e gás, Karine salienta que o Brasil precisa mostrar segurança jurídica e ambiente propício ao investimento, com aprimoramento e simplificação das regras.

Perdão, mas com regras claras

"A regra de Conteúdo Local precisa ser amparada por outros mecanismos que viabilizem a produção nacional e contribuam para maior competitividade dos fornecedores. E quando falamos de competitividade, falamos de fatores extramuros, do ambiente do país que precisamos construir para que a competitividade alcançada seja evidenciada aqui e mundo afora", frisa a gerente da Firjan.

Karine acredita que o pedido de *waiver* para os FPSOs *Libra* e *Sépia*

ainda deve passar por uma avaliação mais detalhada pela ANP, que deve ouvir a indústria nacional. E toca em um ponto que vem sendo objeto de discussões. "É necessário que o *waiver* seja regulamentado, prevenindo consultas públicas ao mercado fornecedor de modo aberto e transparente. Dessa forma, será possível saber exatamente onde estão os problemas e trabalhar para solucioná-los possibilitando uma participação mais eficiente da indústria nacional", avalia.

De acordo com a executiva, somente se não forem atendidas condições competitivas de preço e prazo é que se pode isentar a operadora do cumprimento de conteúdo local, como ditam as regras do contrato de exploração e produção. Essa é uma das propostas que a Firjan apresentou na consulta pública no âmbito do Pedefor.

"A ideia é que seja criado um sistema de comprovação de consulta ao mercado, e que ele possa ser um indicativo real de onde precisamos trabalhar para tratar as questões que impedem essa indústria de avançar. Também sugerimos a constituição de um comitê consultivo no Pedefor, de forma a garantir a representatividade da cadeia produtiva no processo", conclui.

Efeito devastador

É a avaliação curta e objetiva do coordenador do Comitê de Competitividade em Petróleo, Gás, Naval e Offshore da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul



(Fiergs), **Marcus Coester**, sobre o impacto que poderá ter uma possível autorização da ANP dispensando o cumprimento de conteúdo local

para as plataformas de *Sépia* e *Libra*, no pré-sal.

Afiçando que não tem conhecimento de que os fornecedores gaúchos tenham sido consultados para forneci-

mento de plataformas, subsistemas ou componentes, Coester assinala que uma concessão do *waiver* nesse caso se constitui em um precedente danoso para a indústria brasileira. "É devastador para o Brasil por marcá-lo como um país que não cumpre contratos. Além disso, o governo estará punindo, com esta atitude, as empresas que tomaram risco e investiram no segmento. Por exemplo: abrindo fábricas e centros tecnológicos no Brasil ou mesmo o investimento de grupos industriais brasileiros", diz ele.

A federação gaúcha afirma que existe falta de visão estratégica sobre este tema, haja vista que ocorreu uma redução significativa de investimentos no setor em nível mundial e não somente no Brasil. "A sinalização que o governo passa para o mercado é de que o Brasil está abdicando de competir enquanto outros países estão colocando todas suas fichas nas poucas oportunidades existentes", avalia Coester.

Ele discorda dos que afirmam que o CL não trouxe resultados, destacando seu impacto na economia e no sistema produtivo e o processo de amadurecimento necessário. "Implantar uma nova indústria leva uma década. Sem falar na depuração deste sistema: algumas empresas prosperaram, há as que enfrentaram dificuldades e outras que desapareceram, além das que surgem", analisa.

Por isso a mudança abrupta neste ambiente será prejudicial ao país como um todo, diz ele, defendendo ser preciso buscar a evolução na política do conteúdo local. Ele sugere, entre outras ações, estabelecer a meta de 50% e aprimorar o sistema de certificação do produto nacional.

"É importante lembrar que os campos do pré-sal apresentam uma produtividade excepcional e uma taxa de sucesso acima da média mundial. Não faz sentido o Brasil se contentar em ser um mero produtor de petróleo", pondera. Ele concorda

com o dirigente da federação paulista, afirmando que é preciso persistir num modelo como a Noruega e Escócia, que geraram enorme riqueza para a sociedade por desenvolver a tecnologia e indústria e não apenas vendendo suas reservas de petróleo.

"Outro esforço importante, que compete ao governo, é recuperar as empresas atingidas pela Lava-Jato, como fizeram outros países que tiveram problemas semelhantes e alcançaram o sucesso em reposicionar suas empresas no ponto de vista de compliance", complementou o dirigente gaúcho.

Retrocesso na indústria

Um dos berços da engenharia do petróleo, 'caçula' da engenharia de minas, o estado mineiro, que não tem produção de petróleo mas uma cadeia de fornecedores de peso, também se juntou à 'esquadra' em defesa da política de conteúdo nacional (PCL). Razão pela qual se posiciona contra a isenção pedida à ANP pela estatal.

"Acreditamos que a ação de perdão da ANP certamente representará o fim de muitas empresas que investiram com perspectiva em um plano de negócios prometido pelo governo e pela principal petroleira do país", declara o gerente de Política Industrial (GPI) da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Melquisedec de Freitas Corradi.

Ele afirma que o problema vivido por parte das empresas do setor não se deve à indústria brasileira e sim a "ações equivocadas na condução de seus negócios". E agrega que a indústria tem sido "vítima de políticas tributárias com concessões de regimes especiais equivocados e também de ações descoordenadas" das principais demandantes de bens e serviços.

Corradi conta que um número reduzido de empresas mineiras está elaborando algumas propostas para

os potenciais operadores dos FPSOs que estão sendo licitados. E que nas raras consultas recebidas, as empresas mineiras são informadas de que haverá comparação e consulta a concorrentes externos. "A maior preocupação dos empresários, nesse processo, é de estarem criando provas contra eles mesmos no futuro, pois são várias as evidências de que os fornecedores, principalmente os asiáticos, não atendem a muitos requisitos da Petrobras. Requisitos esses que são impostos aos fornecedores nacionais", revela o titular da GPI.

A federação mineira destaca que a implementação da PCL estimulou a instalação/expansão de muitas empresas fornecedoras de bens e serviços no Brasil. "Vários segmentos se modernizaram e, hoje, competem internacionalmente na produção de equipamentos de alta tecnologia, o que demandou muito tempo, trabalho sério e vultosos investimentos, sobretudo em P&D. A extinção dessa política significará um retrocesso", tem reiterado a entidade.

Corradi destaca que uma das perdas mais graves será a de "aptidões desenvolvidas por empresas e provisionais para produtos com alto valor tecnológico agregado", lembrando que a indústria de transformação gera empregos qualificados e formais. Por isso defende a isonomia para essa indústria e as empresas de projetos de engenharia possam competir com igualdade de condições com as estrangeiras.

"Se houver concessões de regimes especiais para um lado, precisaremos que esses instrumentos sejam aplicados em toda a cadeia produtiva. E se o nível de inspeções for relaxado para os importados, precisamos garantir o mesmo para a indústria brasileira. Ou seja, temos que competir de igual para igual, mas com as mesmas regras no jogo", conclui.

Engenharia brasileira 'embarcada'

O 'bombardeio' ao conteúdo nacional atingiu em cheio também as empresas de engenharia do país, com larga experiência na área naval e offshore e expertise reconhecida inclusive no mercado externo, como Projemar, Forship, Oceânica, entre outras. E atingiu em cheio as entidades de classe, pois estas embarcaram na luta pela indústria nacional.

A Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) vê com preocupação a possibilidade de uma isenção de CL em novas licitações sem um debate mais aprofundado, reunindo todos os segmentos da cadeia produtiva de óleo e gás. "A abertura para flexibilização das regras de conteúdo local

é um precedente preocupante, pois pode reduzir a competência tecnológica existente no setor e prejudicar a cadeia de fornecedores", assinala **Nelson Romano**, presidente da Abemi.



"A Abemi reafirma a capacitação e a competitividade da indústria brasileira em todos os segmentos da engenharia de projetos e mantém seu compromisso de mostrar a todo o setor essa competência", frisa o dirigente. Prova dessa competência, segundo ele, é o fato de ter havido contatos pontuais de alguns potenciais afretadores com empresas de engenharia de projeto, "quando ficou clara a capacitação e competitividade brasileira em todos os segmentos da engenharia de projetos".

Na visão do empresário, a perspectiva é de que uma decisão favorável à isenção, por parte da ANP, terá forte impacto no setor. "Seria a primeira vez

Foto: Agência Petrobras



na história da engenharia moderna que o Brasil reduz a defesa da capacitação tecnológica no setor", observa. Romano alerta que sem o apoio das medidas de estímulo à cadeia nacional, a engenharia de projetos no segmento poderá diminuir e até desaparecer. "Afetaria profundamente a área de construção e engenharia, geradora de milhares de empregos mas que tem sua competitividade prejudicada pelo 'custo Brasil', questões tributárias, legislação trabalhista superada, e outros", complementa.

Insegurança jurídica

O novo presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena), Luis de Mattos, que em janeiro de 2017 assume o comando da entidade que representa a comunidade técnica do país nessa área, alerta sobre a insegurança jurídica que medidas desordenadas podem trazer.

"É extremamente importante manter o que foi acordado no passado. A insegurança jurídica afasta investidores no longo prazo. O país não pode mudar as regras toda vez que muda de governo", frisa. Ele sugere alternativas

para as próximas rodadas, como a de bonificar quem atinge o CL ao invés de multar quem não cumpre o acordado, e investimentos direcionados.

"Mais importante do que pagar royalties é gerar empregos (cláusula de conteúdo local) e desenvolvimento tecnológico (cláusula de P&D). Seria interessante que a verba de 0,5% de P&D para a indústria fosse utilizada em empresas com engenharia e sede no Brasil. Desta forma estaríamos desenvolvendo fornecedores locais, no modelo norueguês, e o conteúdo local deixaria de ser um desafio no longo prazo", avalia.

Ele diz que a Sobena aguarda uma posição oficial da ANP em relação ao pedido de *waiver* da Petrobras, lembrando que a agência havia afirmado que "seria necessário uma audiência pública para poder se posicionar quanto ao pedido" tanto no congresso da Sobena (realizado no início de novembro) quanto em reunião do conselho da Onip. "Todos os pedidos anteriores de *waiver* foram tratados desta forma. A indústria tem que se preparar para ser ouvida antes e durante a audiência", enfatiza o dirigente.

Ele observa que um perigoso precedente já foi criado com a retirada do CL da 4ª rodada de acumulações marginais, impactando os fornecedores locais de sondas onshore e demais equipamentos. "A isenção do compromisso de conteúdo local dos FPSOs que estão sendo licitados no momento atual de estagnação do país é muito sensível. É preciso encontrar o equilíbrio entre o retorno financeiro da concessionária e o desenvolvimento do parque industrial do país que faz a concessão", reitera.

Mattos endossa o que outros setores já reiteraram sobre o 'custo Brasil' para as empresas, afirmando ser quase impossível para uma empresa brasileira tornar-se competitiva com uma companhia externa "devido a nossa falta de infraestrutura, a nossa carga tributária, aos nossos encargos trabalhistas, a nossa burocracia e ao peso do nosso Estado", assegura.

E rebate as críticas ao modelo brasileiro de CL, apontado como 'fator de risco' por operadores. "É importante frisar que a Organização Mundial do Comércio (OMC) jamais questionou a política de conteúdo local. É um modelo internacional, sendo usado inclusive em países como Estados Unidos e Austrália", salienta. "Sem a política de conteúdo local, não há motivação para fazer no Brasil, por melhor que seja nossa tecnologia", conclui o presidente da Sobena.

Ponte para o passado

Para o presidente e CEO da Forship Engenharia, **Fábio Fares**, o país 'caminha' para o retrocesso. "Em poucos meses atravessamos uma ponte que nos levou para 15 anos atrás, época em que muitos acreditavam que não tínhamos mesmo condições de construir plataformas offshore aqui no Brasil",



observa o executivo da empresa que consolidou a engenharia do comissionamento no país e desenvolve atividades no exterior, inclusive para estaleiros asiáticos.

Ele recorda que nos Balanços da Indústria do Petróleo realizados na Firjan, especialmente no último, constatou-se que a nova indústria, em dez anos, tinha tido êxito em se capacitar e que era necessário agora torná-la mais competitiva. "Com base nas experiências de outros países, em particular das indústrias do petróleo sul-coreana e norueguesa, que levaram cerca de 20 anos para conquistar a liderança no mercado, prevíamos um período de mais dez anos para atingirmos um nível de competitividade internacional. E o principal caminho apontado foi o desenvolvimento da produtividade e o aprimoramento da lei de conteúdo local e das políticas fiscais de fomento", observa Fares.

Por isso ele critica a mudança das regras: "Estamos diante do caso que 'para jogar fora a água suja jogamos a bacia e a própria criança (leia-se, milhares e milhares de empregos)'. Por que abandonar uma política industrial bem-sucedida no meio do caminho? Tenham o bom senso de não dizer que é para combater a corrupção", dispara, incisivo.

Fares avalia que se a Petrobras, como empresa estatal, criar um precedente com o pedido de *waiver*, as petroleiras estrangeiras, que todos esperam venham operar campos no pré-sal, tampouco vão acatar o conteúdo local como política, ainda mais se isso não as favorecerem nas disputas de novos leilões. "Graças à sua importância geopolítica, o petróleo é assunto de segurança nacional em todo o mundo. Ninguém se omite nesse tema, muito menos os países desenvolvidos", destaca o executivo. "O mercado não cuida disso, por definição. Cada um cuida de suas empresas, algumas vezes de

seu setor e, no máximo, através de instituições como o Sinaval, Firjan, Onip e federações da cadeia produtiva na qual estão inseridas. Quem cuida dos interesses do Estado é o próprio Estado, mas, para isso, precisa haver projeto de nação. É isso que está faltando para se bancar o conteúdo local", afirma Fábio Fares.

Para o executivo, que tem em sua bagagem e da empresa que criou há quase 18 anos, dezenas de projetos de FPSOs construídos no exterior e no Brasil, o impacto da quebra das regras será trágico. "Primeiro, ficaríamos desmoralizados por quebrar o que foi regulamentado. E retrocederemos para aquele cenário de 'vence o mais forte e o mais influente'. Com nossa indústria enfraquecida e a onda protecionista em curso no mundo, o resultado seria patético: com tamanha riqueza no pré-sal, perderíamos uma oportunidade histórica para o fortalecimento de nossa engenharia", dispara.

Argumentos duvidosos

"É essencial discutir a questão do cumprimento do conteúdo local estabelecido nos contratos com os concessionários", afirma **Tomazo Garzia Neto**, presidente da Projemar, tradicional fornecedora de serviços para a indústria naval e offshore e responsável por projetos emblemáticos desenvolvidos para a própria Petrobras. "O estabelecimento dos níveis de conteúdo local foi ampla e publicamente discutido e acordado com todos os setores envolvidos, então, cumpra-se o contrato!", afirma o executivo, lembrando que isso sempre foi dito à indústria nacional.



Garzia Neto afirma que são dúvidas as alegações de que os níveis de preço para atender os requisitos de conteúdo nacional são altos, pois o

acesso às informações desse processo não são públicas. “Temos várias questões a esclarecer. Por exemplo: quais as exigências de performance contratual feitas para as empresas convidadas a participar nas licitações de Libra e Sépia? Elas são semelhantes àquelas praticadas internacionalmente?”, questiona o executivo.

Ele frisa que não só o conteúdo local mas outras exigências estão elevando o valor dos contratos. “Isso já aconteceu antes com licitações feitas no Brasil, como a da P-57”, diz ele, lembrando que na primeira licitação, um dos requisitos era de que deveria ser construído um casco novo seguindo um projeto desenvolvido pela Petrobras (não poderia ser conversão). “Os preços ofertados foram altos, devido, sobretudo, a isso. A Petrobras então decidiu afretar a unidade no exterior e aceitou que fosse utilizado um casco convertido. A solução da conversão foi uma opção mais barata, mas não tinha sido aceita na época da licitação feita no Brasil”, destaca.

Ele diz ter conhecimento de que tradicionais fornecedoras brasileiras de módulos e equipamentos não foram contatadas pelas empresas convidadas para a licitação de Libra e Sépia, diferente da Projemar, que foi consultada para a prestação de serviços nos dois projetos. E destaca a diferença de atitude entre as participantes. “Percebi que um grupo tinha o propósito de atender ao requisito contratual de conteúdo nacional, enquanto outro deixou claro não querer fazer nada no Brasil”, revela Tomazo.

Segundo ele, durante o trabalho desenvolvido, o primeiro grupo demonstrou interesse na enorme experiência acumulada pela Projemar nos grandes empreendimentos da área offshore. “O trabalho não se restringiu apenas à preparação da proposta para ser apresentada ao licitante. Houve um grande esforço da Pro-

jemar e do grupo para fazer um benchmarking de escopo e preço, para que ambos atendessem as necessidades do licitante. Por isso, tenho certeza de que as propostas por nós apresentadas foram bastante competitivas e dentro dos parâmetros desejados”, complementou.

Justamente por ter participado desse processo, o presidente da Projemar não vê razão para se alterar as condições de conteúdo local ampla e publicamente discutidas e acordadas com todos os setores envolvidos. “A estratégia de conteúdo local é uma política de governo e de um país e não de uma empresa, por maior que seja seu porte”, alerta.

Ele lembra que outros países, incluindo os asiáticos, estão adotando medidas protecionistas e mecanismos de subsídios para garantir continuidade operacional de sua indústria. “A questão do conteúdo local se insere neste contexto internacional extremamente crítico pelo qual passa a indústria do petróleo. Todos os países com fornecedoras das indústrias do petróleo estão procurando preservá-las e o Brasil não deve abrir mão disso”, frisa.

“O momento de crise pelo qual estamos passando aqui no Brasil não permite que se adotem posições que possam privilegiar somente um segmento da indústria de petróleo, neste caso as operadoras, em detrimento de todo o restante da cadeia produtiva dessa mesma indústria. Eliminar os parâmetros de conteúdo local significa atacar o efeito e não as causas”, conclui Tomazo Garzia.

Conteúdo local não é escudo “Não queremos o conteúdo local como escudo para preços mais altos e baixa eficiência. Queremos o conteúdo local apenas para participar do jogo! Queremos ser convidados



para as concorrências e, a partir daí, termos a oportunidade de apresentar toda a nossa capacidade e competitividade”, afirma **Daniel Cueva**, diretor da Oceânica Engineering, outra empresa de engenharia especializada na área offshore e com diversos projetos no exterior.

Ele lembra que o conteúdo local foi de extrema importância para o desenvolvimento de empresas nacionais como a própria Oceânica no segmento de engenharia, e a HBR, no segmento de equipamentos, ambas do mesmo grupo. “Mais do que uma proteção, a política de conteúdo local permitiu que empresas como as nossas fossem consultadas e participassem do jogo. Algo que não acontecia antes, quando a Petrobras, epecistas e fornecedores internacionais iam diretamente para o mercado externo”, diz Cueva.

Quando foram obrigados a estudar os fornecedores locais, passaram a fazer a qualificação e a compreender melhor a rede brasileira de suprimentos. “As duas empresas do nosso grupo surgiram como boas opções, estreitaram o relacionamento com os clientes, passando a ser consultadas para todos os projetos de FPSO desde então”, enfatiza o engenheiro.

Prova da importância desse processo, segundo ele, foram os projetos de sucesso apresentados pelo grupo para todos os FPSOs replicantes e da seção onerosa. “O índice de conteúdo local foi atingido, e com preços e prazos competitivos”, acrescenta.

Aliada da indústria

O executivo diz ter ficado surpreendido com a redução unilateral da Petrobras dos índices de conteúdo local, ainda mais com a redução a zero para a parcela da engenharia e baixo índice para equipamentos brasileiros.

Ele opina que a importância da participação da engenharia nacional está no fato de que os projetos

buscam especificar componentes, equipamentos e pacotes que estejam alinhados com a cadeia de fornecimento brasileira. "É muito provável que um projeto feito inteiramente no exterior, sem olhar para nossa capacidade produtiva, tenha custos mais elevados de construção no Brasil, simplesmente por que não foi adaptado para cá", explica Daniel Cueva.

Ele conta que recentemente preencheu um formulário desenvolvido pela Abimaq, no qual detalhou os fornecimentos realizados pelas empresas do grupo, destacando os índices de conteúdo local e os certificados obtidos. "Uma vez que a ANP possui registro de todos os certificados de CL emitidos, por que não faz uma análise dos índices por produto para cada projeto passado e apresenta os resultados à sociedade?", pergunta o engenheiro.

Ele diz ter recebido consultas de alguns participantes da licitação dos FPSOs devido ao relacionamento já existente. "Alguns nos consideram fornecedores potenciais. Mas para outros, sobretudo os que nunca executaram projetos no Brasil, qual o sentido de consultar uma empresa brasileira na fase de licitação, já que praticamente não existe conteúdo local?", argumenta. "Ou seja, empresas estrangeiras que estão elaborando suas propostas na Ásia, Europa ou EUA vão utilizar seus fornecedores próximos desses locais deixando a cadeia brasileira de fora!"

Daniel Cueva destaca que, no último ano, o grupo iniciou um forte movimento interno para promoção da exportação. "O mais surpreendente foi verificar o reconhecimento do mercado internacional em relação à nossa capacidade técnica em projetos offshore. Felizmente tivemos resultados positivos, com vendas de sucesso para os EUA e Oriente Médio. Mas para vender no Brasil, somos obrigados a provar nossa competência a cada licitação", espanta-se.

Eficiência deve ser premiada

Visão similar tem **Gildeon Luiz dos Santos Filho**, sócio-diretor da



Ergossol, empresa brasileira atuante nas áreas de engenharia, energia, otimização energética recursos hídricos e meio ambiente,

que vem prestando serviços para uma das empresas convidadas para as licitações dos dois FPSOs, já na fase de proposta final.

Gildeon acredita, caso a ANP conceda o *waiver*, que isso terá forte impacto na cadeia de fornecedores da indústria naval e offshore do país. "Estamos falando de um parque industrial que foi construído e de empresas que aqui se estabeleceram com a expectativa de que haveria uma demanda interna em função do requisito de conteúdo local", salienta.

Assim como outros empresários e dirigentes de entidades, ele afirma que "além da queda na geração de empregos, da ociosidade de mão de obra qualificada que deixará de ser aproveitada e das inovações e desenvolvimentos tecnológicos que não mais vão ocorrer, haverá a credibilidade perdida junto aos empresários que acreditaram e investiram no Brasil, esperando algo que não aconteceu".

Gildeon destaca a importância do conteúdo local, mas defende que o índice seja aplicável no nível global do projeto, sem definição de percentuais mínimos para todos os itens de fornecimento, para dar liberdade aos operadores de escolherem as cadeias de fornecimento mais competitivas localmente. "Isso ajuda a viabilizar os projetos, evita favoritismos e permite que os segmentos mais eficientes da indústria sejam premiados, criando um ambiente de constante busca por eficiência, inovação e competitividade em toda

a cadeia", acredita. "Obviamente, exceções devem ser consideradas, mas apenas para setores chaves, que funcionam como fortes indutores na geração de conhecimento e tecnologia, como é o caso da engenharia", frisa.

O empresário acredita ser importante a busca de um equilíbrio. "É sabido que o alto conteúdo local estabelecido em anos anteriores acabou provocando uma dificuldade e encarecimento dos projetos, inclusive com atrasos de fornecimento e outros problemas. Mas isso não significa que o CL seja algo ruim e que deva ser abolido", espanta-se.

Para ele, é necessário sim que seja ajustado, para favorecer os setores em que o país tem mais eficiência e vocação para atender de forma competitiva. "E quem deve definir isso é o mercado, sem a intervenção da ANP. Não adianta, por exemplo, impor 100% de CL para um setor no qual não temos capacidade suficiente de fornecimento e definir 30% em outro, onde somos mais competitivos e temos capacidade para fornecer a todo o mercado. "O melhor caminho é estabelecer requisitos de conteúdo local gerais, deixando que o mercado escolha quais são os setores que deverão receber as encomendas", conclui.

Interesses de quem?

O presidente do Clube de Engenharia, uma das mais tradicionais entidades de classe do país, também integra a trincheira naval. "A manutenção da política de conteúdo local é essencial para a preservação da capacidade industrial do país", afirma **Pedro Celestino Pereira**. O workshop que a entidade promoveu em novembro faz parte dessa estratégia de defesa, na qual ele é



um dos primeiros a ir para o ataque: “A alegação da Petrobras de que é mais barato comprar no exterior renega seu papel como âncora do desenvolvimento industrial brasileiro desde sua fundação em 1953. Ela hoje é responsável por uma cadeia de mais de cinco mil fornecedores, nacionais e estrangeiros aqui instalados”, salienta.

Segundo Pereira, comparar preços internos com externos exige que se leve em conta a isenção de impostos propiciada pelo Repetro, o programa de renúncia fiscal de maior envergadura da nossa história. “É tão lesivo à economia nacional que a

Petrobras dele se utiliza, ao contratar obras e serviços a partir de sua filial holandesa”, alerta.

Citando grupos internacionais, como a GE, Halliburton, entre outras, que instalaram centros de pesquisa no país, Pedro Celestino questiona qual a segurança jurídica que está sendo dada a empresas estrangeiras que vêm para o Brasil, contribuindo para o desenvolvimento, gerando empregos e tecnologias, pagando impostos. “Não há segurança jurídica se o Governo de ocasião adota a posição de colonizado, abrindo mão do nosso mercado, para gerar empregos no exterior?”.

Para ele, caso a ANP delibere o *waiver* sem consulta pública ao setor, “ficará claro que a agência reguladora terá sido capturada pelas petrolíferas estrangeiras. Portanto, não será estranho que se alinhe com os interesses delas, em detrimento dos interesses nacionais”, afirma o empresário. “Com a desestruturação de empresas e de equipes, e a destruição de empregos, resultados imediatos da quebra da política de CL, no médio prazo reverteremos à condição colonial, de exportadores de proteínas vegetais e animais, de minérios... e de petróleo bruto”, finaliza.

Certificação derruba política de conteúdo local

ESSA É A VISÃO DO secretário executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo (Abepip), **Anabal Santos Jr.** Lembrando que a



entidade representa companhias que atuam mais na exploração e produção terrestre de hidrocarbonetos, ele prefere não se manifestar sobre a questão do *waiver* para os FPSOs. “Não estamos qualificados a responder sobre a capacidade de a indústria local atender à demanda de operadores no ambiente offshore”, explica.

Mas enfatiza que a Abepip é uma das entidades que se posicionaram em defesa do conteúdo local no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). “Conteúdo local é uma ideia que ninguém pode ser contra. Mas acredito que precisa ser aprimorada”, diz.

Segundo ele, não foi realizado um estudo técnico mais detalhado que respalde os índices definidos pela ANP. “Há uns cinco anos, a Booz & Company fez uma pesquisa a pedido

Oportunidades x Desafios

Poucos fornecedores habilitados em grande parte do fornecimento conteúdo local



da Onip, na qual listou um *vendor list* de quase 400 empresas do setor de óleo e gás. Com base no relatório apresentado, constatamos que não há um estudo consistente que suporte os índices de conteúdo local estipulado nos contratos”, argumenta.

Outra discrepância, de acordo com sua visão, é o custo da certificação. “Há casos em que o processo de certificação custa mais do que o próprio serviço. Não entendemos por que a ANP não poderia utilizar a declaração

de origem fornecida pelas federações das indústrias de cada estado, que é aceita no Mercosul e tem custo mínimo?”, questiona o dirigente da Abepip.

“A questão da competitividade é crucial. O ‘custo Brasil’ é perverso com a economia do país. A ideia básica do conteúdo local de criar riqueza para o país, gerando empregos, instalação de indústria, é importante. Mas não pode ter um custo maior do que o benefício. É preciso racionalidade nessa certificação”, aponta.

A flexibilização deve ser respaldada em debate

O PRESIDENTE DA SOCIEDADE Brasileira de Geofísica (SBGf), **Jorge D. Hildenbrand**, observa que não cabe à entidade se manifestar sobre as licitações das plataformas para Libra e Sépia por tratar-se de um segmento da indústria relacionado à cadeia de produção. “Fora, portanto, do nosso escopo de atividades”, diz.



Mas acredita que a política de CL precisa ser flexibilizada para reduzir os custos locais e tornar o Brasil competitivo para os investidores, sejam nacionais ou estrangeiros. “Assim, teremos mais atividade nas fases de exploração e desenvolvimento dos campos, gerando mais oportunidade de emprego para nossos geofísicos, geólogos e engenheiros”, avalia.

Hildenbrand pondera que tal processo também vai trazer novas tecnologias que contribuirão para elevar a taxa de sucesso na exploração, agilizar a implantação dos sistemas de produção, baixar custos e melhorar a qualificação dos nossos técnicos que farão uso destas tecnologias.

Hildenbrand acredita que dessa forma serão criadas as condições necessárias para que haja continuidade de demanda por bens e serviços da indústria, “diluindo os custos para produção local e/ou de importação dos recursos, ao mesmo tempo em que elevaria a qualificação da mão de obra local”.

Ele afiança que a SBGf é favorável à exigência de conteúdo local, desde que seja mais flexível para não inviabilizar projetos de grande porte que demandem tecnologias não disponíveis no país. “Há produtos que não temos como produzir no Brasil com eficiência e a custos razoáveis, mas há outros produtos e serviços que poderíamos, sim, produzir aqui de forma competitiva”, observa.

Por isso avalia que as isenções solicitadas pela Petrobras na licitação dos FPSOs “seriam excepcionabilidades necessárias pela premência de tempo, ou por outro fator de ordem tecnológica”. Mas pondera: “elas devem ser analisadas caso a caso e somente concedidas quando plenamente justificáveis”.

Quanto ao segmento que representa, ele explica que, com algumas exceções, em projetos que envolvem alta tecnologia, não há necessidade de utilização de mão de obra estrangeira no segmento de serviços da SBGf. “Na área de sísmica, somos capazes de processar dados com índice de nacionalização superior a 85%. Já na aquisição sísmica os índices das equipes são mais baixos, pois a operação é feita com equipamentos quase 100% importados. Ou seja, a parcela nacional do preço dos serviços está diretamente relacionada com a mão de obra”, observa.

Segundo ele, na aquisição de sísmica terrestre o conteúdo local mínimo seria da ordem de 40%, enquanto que na aquisição marítima não se pode garantir mais do que 5%

a 10% de conteúdo local. “Outros métodos geofísicos que fazem parte do rol de serviços demandados pela indústria de O&G, geralmente referidos como levantamentos não sísmicos, também têm baixo conteúdo local porque a parcela maior do preço está atrelada aos equipamentos 100% importados”, explica.

Assim, ele defende a continuação do Repetro, regime de importação temporária com impostos suspensos para bens utilizados pela indústria de O&G, cuja interrupção em 2019, se confirmada, produzirá grande impacto no preço dos serviços de geofísica.

“No que concerne aos equipamentos utilizados pelas empresas de serviços, o valor dos impostos e taxas praticamente dobra o preço do bem adquirido no exterior. São recursos desenvolvidos e fabricados lá fora há mais de meio século. Sua fabricação no Brasil não seria viável por não haver mercado interno (escala) para justificar os investimentos necessários à implantação dessa indústria no país. E ainda que o fizéssemos visando o mercado externo, não teríamos competitividade para concorrer com os fabricantes já estabelecidos nos centros mais desenvolvidos”, conclui. ■



CORTEC PRESSERV DO BRASIL

Especialistas na preservação de equipamentos industriais, peças, máquinas e estruturas metálicas contra corrosão.

TECNOLOGIA CORTEC VpCI®



VpCI-116 Papel Kraft Anticorrosivo

www.cortecpresserv.com.br
contato@cortecpresserv.com.br

Ligue agora mesmo!
(27) 3022-0887

Distribuidor Autorizado Cortec Corporation VpCI®